



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no site da 7ª CCR e na Intranet

Sexta-feira (21/02) a Quinta-feira (27/02)

Manchetes

MPF: Prorrogado prazo de chamada pública para artigos sobre violência de estado e controle externo da atividade policial

G1: Senado envia informações ao Supremo defendendo a implementação do juiz de garantias

G1: Ceará chega ao 10º dia de paralisação da PM; comissão aguarda reivindicações da categoria

G1: Ceará tem 51 assassinatos em 48 horas de motim da Polícia Militar

UOL: Conselho de Direitos Humanos deve atuar para evitar motins de policiais

Folha de São Paulo: Presidente autoriza envio das Forças Armadas para reforçar segurança no Ceará

Estadão: Pacote anticrime endureceu o Estatuto do Desarmamento

Veja: Moro prorroga Força Nacional dentro de presídio que abriga líderes do PCC

Ponte Jornalismo: Governador do Rio de Janeiro participa de 'missão presídios' nos Estados Unidos

Síntese das notícias

Prorrogado prazo de chamada pública para artigos sobre violência de estado e controle externo da atividade policial: A Câmara de Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional do Ministério Público Federal - 7CCR/MPF prorrogou o prazo para envio de artigos sobre o tema “Violência de Estado: Controle Externo da Atividade Policial, Sociedade e Sistema de Justiça”. Os interessados podem enviar textos até o dia 18 de março. Os artigos selecionados irão integrar coletânea virtual e devem abordar o papel da sociedade e do sistema de Justiça no controle da atividade policial, a fim de promover a efetivação dos direitos fundamentais e da cidadania. Para participar, é preciso enviar o texto para o e-mail **7ccr@mpf.mp.br**, indicando no assunto da mensagem “Edital 7ª CCR/MPF nº 1, de 18 de dezembro de 2019 – Violência de Estado: controle externo da atividade policial, sociedade e sistema de justiça”. Os artigos serão avaliados e selecionados pelos coordenadores da publicação, em até um mês após o término do prazo de entrega. O resultado da deliberação será comunicado aos candidatos por e-mail.
Fonte: MPF (20/2/2020). <http://bit.ly/383wjFn>

Senado envia informações ao Supremo defendendo a implementação do juiz de garantias: O Senado defendeu junto ao Supremo Tribunal Federal - STF que seja derrubada a liminar (decisão provisória) que impede a implementação do chamado juiz de garantias. Ainda segundo o Senado, não cabe ao Poder Judiciário o papel de “instância

SINOPSE DE NOTÍCIAS



revisora” das decisões do Legislativo. O Senado prestou informações na quinta-feira (27) ao STF nas quatro ações que questionam o juiz de garantias, cujo relator é o ministro Luiz Fux. Em janeiro, Fux suspendeu a implementação do instituto por tempo indeterminado e convocou audiências públicas para discutir o tema com especialistas e entidades, marcadas para o mês que vem. Para os advogados do Senado, os autores das ações pretendem “alterar a decisão prevalecente no Congresso Nacional, transformando o Supremo Tribunal Federal em instância revisora de um processo decisório eminentemente político, ainda que também jurídico”.

Fonte: G1 (27/2/2020). <https://glo.bo/2VtjKAE>

Ceará chega ao 10º dia de paralisação da PM; comissão aguarda reivindicações da categoria: O Ceará chegou nesta quinta-feira (26) ao 10º dia seguido de paralisação de parte da Polícia Militar com três batalhões e uma base policial ainda fechados. Para tentar solucionar o motim, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará – OAB/CE, Erinaldo Dantas, solicitou ao representante dos PMs amotinados uma lista de reivindicações para que seja apresentada ao governo do Ceará. O motim começou na terça-feira (18), quando homens encapuzados que se identificam como agentes de segurança do Ceará invadiram e ocuparam quartéis, depredando veículos da polícia. Policiais militares reivindicam aumento salarial acima do proposto pelo governador Camilo Santana. Na quarta-feira (26), o governo cearense pediu ao Governo Federal a prorrogação da permanência de militares do Exército no estado. O prazo inicial se encerra na sexta-feira (28). Os representantes dos três poderes e da OAB começaram a negociar com os policiais militares após a formação de uma comissão.

Fonte: G1 (27/0/2020). <https://glo.bo/2VqePQG>

Ceará tem 51 assassinatos em 48 horas de motim da Polícia Militar: O Ceará registrou 51 assassinatos em 48 horas – mais de 1 por hora – em meio ao motim de policiais e bombeiros militares por aumento salarial. A paralisação começou na noite de terça-feira (18). Até então, a média de homicídios no estado em 2020 era de 6 por dia. As 51 mortes ocorreram entre 0h de quarta-feira (19) até 23h59 de quinta (20). Uma delas ocorreu na madrugada de sexta-feira (21) no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza, onde um adolescente de 16 anos foi atacado por 7 homens que estavam em motocicletas. Outra, no Bairro José Walter, onde ocorreu um tiroteio que deixou 1 morto e 1 ferido. Os PMs têm cruzado os braços para pressionar por aumento salarial. O movimento também tem fechado batalhões – nesta sexta, ao menos 9 dos 43 estão ocupados pelos manifestantes – e atacado carros oficiais, que têm os pneus esvaziados para não poderem ser utilizadas.

Fonte: G1 (21/2/2020). <https://glo.bo/2wKZIMU>

Conselho de Direitos Humanos deve atuar para evitar motins de policiais: O novo presidente do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos, defensor público federal Renan Sotto Mayor de Oliveira, disse em entrevista que o órgão "deve interferir de forma preventiva para evitar motins de policiais". Em 2017, o STF - Supremo Tribunal Federal considerou as greves de policiais inconstitucionais. Apesar disso, o novo presidente do CNDH defende que "é preciso ouvir todos os lados envolvidos". "Tem que ter sensibilidade e ouvir todos os lados com um olhar de direitos humanos para garantir uma resolução pacífica e, se possível, evitar conflitos", afirmou. De acordo com Oliveira, a

SINOPSE DE NOTÍCIAS



decisão do STF proíbe a greve de policiais, mas prevê a possibilidade de a entidade representativa dos grevistas acionar o Judiciário para uma mediação. O CNDH é um órgão colegiado de composição paritária (são 22 membros, 11 de órgãos públicos e 11 de representações da sociedade civil). Sua função é promover e defender os direitos humanos no Brasil por meio de ações de prevenção, proteção e reparação. O órgão visa também equiparar as leis brasileiras sobre direitos humanos aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Fonte: UOL (22/2/2020). <http://bit.ly/3caxVQK>

Presidente autoriza envio das Forças Armadas para reforçar segurança no Ceará: O presidente Jair Bolsonaro autorizou na quinta-feira (20) o envio de membros das Forças Armadas para reforçar a segurança no Ceará. O decreto de GLO - Garantia da Lei e da Ordem no período de uma semana, de sexta-feira (21) a 28 de fevereiro atende a um pedido do governador Camilo Santana, que comemorou a decisão nas redes sociais. Desde terça-feira (18), o estado passa por um motim da Polícia Militar. Na quarta-feira (20), o senador licenciado Cid Gomes foi baleado após tentar invadir com uma retroescavadeira um quartel ocupado por PMs em Sobral, no interior do estado.

Fonte: Folha de São Paulo (20/2/2020). <http://bit.ly/32vJGwl>

Pacote anticrime endureceu o Estatuto do Desarmamento: Contrariando as manifestações e iniciativas do Executivo Federal, especialmente do próprio Presidente da República, para flexibilizar o controle de armas no Brasil, facilitando sua propriedade e porte, o legislador (Legislativo Federal) endureceu o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), quando aprovou o Projeto Anticrime (Lei 13.964/19), no finalzinho do ano passado, aumentando as penas para diversos crimes ali previstos. O primeiro exemplo disso, encontramos no Art. 16 do Estatuto, que foi alterado com a inclusão do § 2º, destacando neste parágrafo, as condutas do caput e do § 1º, que envolveram arma de fogo de uso PROIBIDO, aumentando a pena, nesta hipótese para reclusão de 4 a 12 anos. Antes desta nova Lei, as condutas do Art. 16, contemplavam armas de uso Restrito e Proibido indistintamente, com previsão, que fora revogada, de pena de 3 a 6 anos de reclusão e multa. Assim, agora quem possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso restrito, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, está sujeito a punição de 3 a 6 anos, todavia, nestes casos, a partir da nova lei, se a arma ou munição for de uso proibido, a punição se eleva para reclusão de 4 a 12 anos.

Fonte: Estadão (27/2/2020). <http://bit.ly/2PpAaGj>

Moro prorroga Força Nacional dentro de presídio que abriga líderes do PCC: O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, autorizou a prorrogação do uso da Força Nacional de Segurança Pública na Penitenciária Federal de Brasília, local que abriga narcotraficantes da Sintonia Final Geral, nome dado à cúpula do Primeiro Comando da Capital - PCC. Militares serão responsáveis por ações de policiamento de guarda e vigilância dentro do próprio presídio. Em princípio, ficarão no local até 4 de setembro, mas o prazo pode ser prorrogado caso as autoridades detectem sinais de insegurança ou risco de fuga. Na quarta-feira (26), Moro visitou as instalações do presídio. Autoridades ligadas à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal

SINOPSE DE NOTÍCIAS



travam uma batalha com o governo federal para que a cúpula da maior facção criminosa do país e seu líder máximo, o traficante Marco Williams Herbas Camacho, o Marcola, sejam deslocados para outro estabelecimento de segurança máxima, longe do centro do Poder Executivo, de parlamentares e de representações diplomáticas. Uma autoridade ligada à Secretaria de Segurança do DF disse, sob condição de anonimato, ter informações de que haveria risco de um plano de fuga de Marcola ser efetivado imediatamente após o Carnaval. Pelo menos até o dia 6 de maio, as Forças Armadas serão responsáveis por fazer a segurança da região em volta do presídio federal. Desde o início de fevereiro, está em vigência um decreto de Garantia da Lei e da Ordem – GLO no arredores da penitenciária, com uso de tanques de guerra e uso de fuzis 50, capazes de derrubar helicópteros. A medida foi tomada após setores de inteligência terem detectado um antigo plano de resgate da cúpula da facção criminosa no fim de 2019.

Fonte: Veja (27/2/2020). <http://bit.ly/2vIXvIm>

Governador do Rio de Janeiro participa de 'missão presídios' nos Estados Unidos:

Apesar de estar longe de ser uma unanimidade, o projeto de construção de presídios verticais segue no topo da lista de prioridades do governo do estado do Rio de Janeiro. Na sexta-feira (28), o governador Wilson Witzel estará no comando de uma comitiva que conhecerá o Complexo de Detenção de Manhattan, em Nova York, onde o modelo é adotado. A escala final na viagem de três dias do governador aos Estados Unidos — que começou quarta-feira (26), em Washington — faz parte de uma série de visitas que está sendo nomeada dentro do governo de “missão presídios”. Enquanto Witzel só estará na etapa de Nova York, ao menos outros cinco membros do governo seguirão em viagem para Jacksonville, na Flórida, para conhecer a Cadeia do Condado de Duval. Por fim, a “missão presídios” estará em Houston, no Texas, no Complexo Penitenciário do Condado de Harris. A construção de prédios para abrigar penitenciárias ainda é vista com desconfiança dentro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, colegiado ligado ao Ministério da Justiça, que analisa medidas para o setor. Uma das críticas foi exatamente o uso de modelos de outros países que dificilmente se adaptariam à realidade brasileira. A proposta vem sendo adaptada pelo estado, mas também já foi alvo de críticas do Departamento Penitenciário Nacional – Depen.

Fonte: Ponte Jornalismo (27/2/2020). <http://bit.ly/2Thn3li>